





Ano XVI ● Junho - 2021 ● imprensa@adufpa.org.br ● www.adufpa.org.br



NOVA DIRETORIA

Nova diretora geral da ADUFPA, professora Edivania Alves fala sobre desafios da nova gestão da entidade para o biênio 2021-2023

NÃO À PEC 32

preciso continuar a pressão junto aos parlamentares para votarem contra a PEC 32. Unidade e mobilização para derrubar essa afronta ao povo brasileiro!

Página 3 Página 7

Junho-2021

EDITORIAL

Nova diretoria da **ADUFPA**

ste é o primeiro editorial da nova diretoria da ADUFPA, que tem como centralidade a luta e a resistência com autonomia, ao assumir os novos quinze cargos e continuar a enfrentar as fortes lutas que nos afligem desde que fomos fundados, há mais quarenta anos. Estamos passando por um período turbulento, atravessados por uma pandemia e enfrentando enormes problemas relacionados à crise sanitária, com quase 500 mil vidas perdidas, aumento da miséria, fome, desemprego e falta de vacinas.

O Governo Federal ataca boa parte dos brasileiros, como os/as desempregados/as, os mal-empregados, os/as estudantes, os/as professores/as, homens e mulheres que tentam salvaguardar suas famílias e sofrem cada vez mais. A Adufpa SSind., pela sua diretoria, vem fazendo o que pode para enfrentar os ataques do governo federal que não cessam, com decisões referendadas pelo Congresso Nacional ou pelo Poder Executivo.

Nesta edição trazemos uma matéria especial sobre os cortes no orçamento das universidades federais, em especial a UFPA. Várias instituições alertam que será difícil manter as despesas diante do corte de verbas. No momento atual, há que se levar em conta que as universidades públicas sobrevivem com a ação dos professores/as, alunos/as e funcionários/as que tentam, com grande esforço, fazer valer seus planejamentos.

Seja no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal ou na Presidência da República, nada se faz sem que o Poder Executivo trate dos seus interesses e não da população. Por isso, estamos atentos e atentas a todos esses detalhes que prejudicam a todos/todas que tentam sobreviver. Nosso sindicato pretende cada vez mais fortalecer a articulação com outras frentes de luta, na perspectiva de se enfrentar todos aqueles que desejam prejudicar aos que lutam pelos que tanto necessitam.

Informe Jurídico

Ana Kelly Jansen de Amorim Barata OAB/PA 6535

PLANTÃO DA ASSESORIA JURÍDICA DA ADUFPA -4º feira das 14 às 17h e 6º feira das 9h às 12h

ADUFPA-SS, por meio de sua assessoria jurídica, informa aos seus associados e, também, à categoria docente sobre as últimas movimentações havidas nos processos abaixo mencionados e, ainda, as últimas deliberações a respeito de ações judiciais de interesse da categoria:

1 Exclusão de rubricas transitadas em julgado: A UFPA, por meio de sua Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal e Desenvolvimento – PROGEP, tem nas últimas semanas encaminhado a alguns docentes ofício onde, em linhas gerais, informa que por exigência do Ministério da Economia através da Portaria Normativa de 2016 vem alterando a operacionalização do pagamento de parcelas oriundas de decisões judiciais transitadas em julgado. A mudança se daria pela migração do sistema SICAJ para o sistema SIGEPE, ocorre que, segundo a PRO-GEP, apesar de ter envidado todos os esforços, tendo inclusive criado uma "força-tarefa" para aquele fim, tais esforcos foram insuficientes para obter a "emissão do documento de força executória", segundo a qual seria o documento necessário para homologação das ações junto ao Ministério da Economia, e que por essa razão as rubricas referidas foram excluídas da folha de pagamento daqueles docentes em face da desativação do SICAJ. Informa, ainda, a PROGEP que não obteve sucesso nessa empreitada e que por essa razão estaria encaminhando essa demanda para AGU, no intuito de resolver o impasse. Ora, a ADUFPA vê vários problemas nessa atitude da UFPA: 1) o oficio só chega ao docente quando o desconto já se efetuou na folha de pagamento; 2) a rubrica entrou no contra-cheque do

docente por ordem judicial terminativa/definitiva, logo nada senão outra ordem judicial poderia excluí-la; 3) Portaria do Ministério da Economia não tem o condão de desfazer ordem judicial, sob pena de se caracterizar o crime de desobediência. Sendo assim, a assessoria jurídica da ADUFPA e a Diretoria Executiva estão em tratativas para definir o melhor caminho para restaurar o direito daqueles docentes imediatamente. Caso você se encontre nessa situação entre em contato com a assessoria jurídica da ADUFPA, imediatamente, através de nosso e-mail: anakellyamorimadvocacia@gmail.com; pelo whatsapp (91) 98895, e ou pelo telefone 3249-0616.

- 2 Ação de execução dos 3,17%: As ações de execução dos 3,17% continuam em diligencia diuturna por parte da assessoria jurídica da ADUFPA para que em breve consigamos efetivar o pagamento dos créditos relativos as referidas ações. Para tanto, solicitamos aos docentes que mantenham seus dados pessoais atualizados junto a secretaria da ADUFPA, para que quando da liberação dos créditos possamos facilmente localizar o docente e efetuar o pagamento do que lhe é devido.
- Atendimento Jurídico: A ADUFPA, por meio de sua Assessoria Jurídica, não suspendeu suas atividades, tendo por força das circunstancias apenas feito adaptações para atender da melhor forma possível as necessidades da categoria docente da UFPA. Tanto é assim que as demandas direcionadas ao nosso jurídico estão sendo atendidas virtual ou presencialmente respeitando os decretos estaduais de emergência sanitária e principalmente a necessidade dos nossos associados.

EXPEDIENTE



Jornal ADUFPA é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Fone: (91) 3249 0176 -Fax: (91) 3249 5331 Endereço eletrônico: imprensa@adufpa.org.br Sítio: www.adufpa.org.br

DIRETORIA

Diretoria Geral:

Edivania Alves (IEMCI)

Diretoria Adjunta:

Adriane Raquel Santana de Lima (ICED)

Secretaria Geral:

José Queiroz Carneiro (Aposentado)

Secretaria Adjunta:

Simone Negrão de Freitas (Castanhal)

Tesouraria Geral:

Vera Lúcia da Rocha Pereira (Aposentada)

Tesouraria Adjunta:

Nádia Socorro Fialho Nascimento (ICSA) Diretoria de Política Sindical:

Ivan Carlos Ferreira Neve (EAUFPA) Diretoria Adjunta de Política Sindical:

Elen Lúcia Marçal de Carvalho (ICSA)

Diretoria de Política Social:

Lilian Simone Amorim Brito (Aposentada)

Diretoria Adjunta de Política Social:

Ailton Lima Miranda (EAUFPA)

Diretoria de Interiorização:

Ghislaine Dias da Costa (Cametá)

Diretoria Adjunta de Interiorização: Nelivaldo Cardoso Santana (Altamira)

1ª Suplência: Fátima de Souza Moreira

2ª Suplência: **Dalva de Cássia Sampaio dos Santos**

3ª Suplência: Otávio Luiz Pinheiro Aranha Edição e Redação: Danielle Ferreira (DRT 16161) e

Priscila Duque (2720 SRTE/PA) Ilustrações: Eraldo Paulino Fotos: Priscila Duque e Arquivo. Produção Gráfica: Eraldo Paulino Impressão: Gráfica Boss

Entrevista com a diretora geral da ADUFPA **Edivania Alves**

divania Alves, professora do Instituto de Educação Matemática e Científica da UFPA, atual Diretora Geral da AdufpaSsind., fala sobre lutas e expectativas para esta nova gestão.

Edivania, conta para o nosso leitor um pouco da sua trajetória.

Tenho profundo orgulho em ser uma servidora pública federal concursada por dois motivos. A primeira motivação é social porque defendo o Serviço Público na perspectiva do fortalecimento do Estado-Nação e do atendimento das políticas públicas à população brasileira e o segundo motivo é mais pessoal, nasci e me criei no bairro do Guamá, estudei na federal e acalentei o sonho de um dia ser professora daqui. Vim da educação básica e militei pelo Sintepp. Reivindico o Feminismo e a defesa da Reforma Urbana.

Comente sobre os efeitos objetivos e subjetivos da pandemia sobre o movimento docente na UFPA e no país.

R -A pandemia resulta do modelo devastador do capitalismo financeiro. A situação de isolamento social a que estamos obrigados aprofunda a sensação de atomização, produz novas subjetividades e reforca o individualismo. O sindicato é uma coletividade alicerçada no ofício profissional capaz de produzir uma cultura. Neste caso, somos docentes e nosso saber-fazer deriva das relações dialéticas com discentes e colegas. O não-presencial se estendeu também, infelizmente, para nossa vida sindical, reduzindo e limitando nossa interação coletiva ao ambiente impessoal e cansativo das plataformas; nos privou das ruas, lugar estratégico de nossos embates e canal privilegiado de diálogo com a população, limitando nosso alcance político.

A realização da campanha e eleição por meio não-presencial foi difícil. Estamos conscientes da atenção e do empenho para alcançar colegas que perderam familiares, amigos e alun@s e sentem-se desolados. Romper o isolamento político é tarefa necessária para animar e esperançar quem acreditou neste coletivo empenhando seu apoio e/ou vo-

Fale sobre a importância da participação de cada professora/o se mobilizar em defesa dos serviços públicos e da garantia da Educação públi-

R - Acreditamos na capacidade da população brasileira em se mobilizar, resistir e lutar em defesa de direitos duramente conquistados na CF/1988 e que precisam ser reafirmados frente à tentativa de barbárie das elites nacionais e corporações multinacionais. É tarefa conjuntural promover o sentimento coletivo pelo impeachment do presidente Bolsonaro e seu vice Mourão, lutando contra sua gestão genocida, de descaso com a dor e o sofrimento das famílias enlutadas, a atitude anti-ciência, a demora na autorização de vacinas e o corte de recursos do SUS, no momento crítico de pandemia, além do criminoso aumento do desmatamento e da violência no campo contra as populações rurais e os povos originários na Amazônia.

A gestão recém empossada tem participação maioritária de mulheres, qual a importância de se organizar politicamente, lutar por direitos e combater o patriarcado machista?

R - O combate à todas as formas de opressão é central e não está desconectado da luta sindical, é parte intrínseca dela. Esta gestão acredita que não é possível discursar contra um governo xenófobo, racista, machista, misógino e Igbtfóbico reproduzindo práticas e discursos que o movimento docente denuncia e diz condenar. É preciso ter coerência.

É urgente problematizar como o ensino remoto atinge nossa categoria docente de maneira interseccional, evidenciando que as mulheres sofrem maiores dificuldades e adoecimentos que impactam inclusive em nossa produção acadêmica pela sobrecarga no ambiente doméstico. Ser mãe, filha, tia,

prima, irmã e docente dentro soas oriundos de famílias pode casa acarreta acúmulo de bres, quantos foram realmente tarefas. Esses aspectos precisam ser considerados nos planejamentos de lotação e divisão de tarefas administrativas campis.

J.A. - De que forma o ensino remoto aprofunda a precarização e a sobrecarga do trabalho docente. Como a atual gestão pretende enfrentar essa situação?

R - Defendemos a inovação tecnológica à serviço da sociedade. No Capitalismo, isto é impossível onde a acumulação desmedida da riqueza aprofunda as desigualdades. Isto justifica a negativa do desenvolvimento de softwares vas tecnologias e a um perfil nacionais que nos tornem independentes de grandes corporações como a Microsoft. No caso da UFPA, o chamado ERE veio acompanhado de um do trabalho docente. Faremos Programa de Inclusão Digital para discentes em vulnerabilidade socioeconômica. da valorização e reestrutura-Contudo, com 80% do corpo ção da carreira docente uma

atendidos?

A narrativa oficial (MEC e reitoria) para adaptação forçada ao ensino remoto promove a nos colegiados das unidades e falsa sensação de "dever cumprido" perante o senso comum da sociedade. Entendemos que o ensino presencial é formador e crítico, superando em quaisquer circunstâncias o ensino remoto, estratégia que objetiva esvaziar o sentido ontológico da formação docente. Ansiedade, estresse, medo do adoecimento e tristeza/depressão pela morte de familiares, amigos e discentes, combinado à pressão pelas respostas imediatas às node professorado para o qual não fomos formados, agudiza o quadro de precarização pela intensificação e sobrecarga da luta em defesa da Carreira única no Magistério Federal, discente constituído por pes- bandeira de nossa gestão.



Junho-2021

Atos em defesa da Educação Pública mobiliza

aio foi o mês de retomada da resistência nas ruas contra a política genocida do governo Bolsonaro. O movimento começou no dia 19, quando docentes, técnicos e técnicas e estudantes das universidades e instituições de ensino superior públicas realizaram atos por todo o Brasil, Dia Nacional de Luta "A Educação precisa resistir". A AdufpaSsind., em parceria com o Sinditifes e DCE-UFPA, organizou mobilizações na capital e nos municípios de Cametá, Altamira e Castanhal.

Um dos pontos mais reforçados durante o 19M foi o corte orçamentário das universidades federais, na ordem de mais de 1 bilhão de reais, cerca de 18,16% menor que em 2020. Só da assistência estudantil serão tirados R\$177 milhões, impactando em mais da metade dos alunos matriculados. A UFPA sofrerá cortes de R\$ 30,3 milhões (18,5%), impactando diretamente em todo o funcionamento da Universidade, desde as ações de ensino, pesquisa e extensão às questões como as de infraestrutura e de cultura.

A situação é preocupante em cerca de 30 universidades federais, que correm risco de não conseguirem seguir com o cronograma de atividades previstas para o ano. Em reportagem publicada na imprensa nacional, as instituições alertam que o orçamento atual é insuficiente para suprir os gastos com despesas indispensáveis (água, luz, segurança e limpeza), investimentos (reformas, compra de equipamentos e insumos para pesquisas) e bolsas (auxílios para alunos poderem continuar seus estudos).

Mobilização Unificada - Milhares de pessoas em todo o país voltaram às ruas no dia 29 de maio, para dar um basta na política de morte de Jair Bolsonaro. Em Belém, o #29M reuniu movimentos sociais e entidades sindicais de várias categorias, todos entoando uma só voz por



... mais de 6 milhões foram retirados da assistência estudantil. Significa dizer que os mais prejudicados são os estudantes, negros e negras, quilombolas, indígenas, a propulação da periferia (...) de todas as cidades do estado do

Pará

vacina no braço, comida no pra-

am a sociedade pelo "Fora Bolsonaro"

66

Estamos nas ruas por nossa categoria, para dizer em alto e bom tom Fora Bolsonaro e, sobretudo, para exigir proteção dos povos originários e a proteção da Amazônia. Não podemos assistir quietos a invasão das terras Munduruku e Tembé

to, em defesa da vida, da educação, da saúde e do serviço público. A Associação de Docentes da UFPA Seção Sindical do ANDES-SN (AdufpaSsind.) se somou à luta, denunciando os ataques contra as universidades públicas, os cortes orçamentários e o PL5595. As mobilizações ocorreram na capital e nos municípios de Castanhal, Cametá e Altamira.

"Somos todos Leusa Munduruku, Somos todos Wakoborun". Foi com esta mensagem que a AdufpaSSind. reafirmou no #29M o apoio da categoria docente à proteção dos povos tradicionais, destacando a resistência das mulheres indígenas de Jacareacanga, no sudoeste do Pará, contra a mineração ilegal e as ameaças de morte. "Nós da Adufpa, seção sindical do Andes SN, estamos nas ruas, por nossa categoria, para dizer em alto e bom tom Fora Bolsonaro e, sobretudo, para exigir proteção dos povos originários e a proteção da Amazônia. Não podemos assistir quietos a invasão das terras Munduruku e Tembé", enfatizou a diretora geral da AdufpaSSind. Edivania Alves.

Após um 29M forte em todo o país, diante da brutal crise sanitária, econômica e política, as centrais sindicais, como a CSP-Conlutas, o ANDES-SN, bem como sindicatos de diversas categorias, movimentos sociais, estudantis e partidos de esquerdas, voltaram às ruas neste 19 de junho, seguindo na luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão; por vacinas para todos(as); contra a PEC 32 (Reforma Administrativa), que acaba com os serviços públicos; pelo auxílio emergencial de R\$ 600; contra os cortes no orçamento das universidades, contra o autoritarismo, em defesa da democracia; e tantas lutas urgentes que movimentam as lutadoras e lutadores do país.

O retorno dos protestos nas ruas de todo o Brasil, foi grandioso e mostrou que a população e os movimentos sindicais e sociais estão articulados pelo Fora Bolsonaro. O 19J se repete com força ainda maior. Pelo Fora Bolsonaro, que venham os próximos!



Cortes orçamentários ameaçam o funcionamento da UFPA



UFPA (Consepe) divulgou nota oficial informando sobre as perdas nominais acumuladas desde 2015, que alcançam 92% dos recursos de investimento (que caíram de R\$62 milhões para R\$4,5 milhões) e 13% do orçamento de custeio (redução de R\$154 milhões para R\$133 milhões). Essa perda é muito maior quando considerada a inflação do período, que chega a 36,98%.

Observando apenas o custeio das despesas, o orçamento de 2015 corrigido pela inflação alcança R\$211 milhões, mas a UFPA recebe R\$133,5 milhões um corte, portanto, de mais de 36%. Comparado com o orçamento de 2020, o orçamento de 2021 representa uma perda nominal de 18,5% para despesas de custeio (menos R\$29,5 milhões), aí incluídos os recursos para a assistência estudantil (menos R\$6 milhões), e 24% para despesas de investimento (menos R\$1,5 milhão).

O Governo Federal ainda anunciou o bloqueio de R\$21,7 milhões dos recursos de custeio e a apropriação de R\$8,8 milhões de recursos de arrecadação própria da UFPA para cobrir o orçamento de custeio. Com todas essas perdas o funcionamento regular da instituição está ameaçado e todas as atividades estão sendo afetadas pelos cortes orçamentários.

A nota diz ainda que despesas indispensáveis precisarão ser reduzidas ou cancveladas - e isso inclui manutenção predial e de equipamentos, limpeza, vigilância, aquisição de material de consumo e energia. A limitação é ainda maior ante a possibilidade futura de retomada das aulas presenciais, quando as condições sanitárias permitirem. A volta das atividades presenciais demandará investimentos em infraestrutura e manutenção que absolutamente não estão ao alcance da UFPA com os novos cortes.

Serviço Público não é mercadoria: É hora de pressionar os parlamentares para derrubar a PEC 32.

o último dia 2 de junho, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) criou uma comissão especial para analisar a PEC 32/2020, que representa um duro golpe ao povo brasileiro e ao funcionalismo público, pois prevê a retirada de direitos afirmados na Constituição Federal de 1988, tirando o acesso da população mais vulnerável aos serviços públicos, como saúde, educação e assistência social. No mês de maio, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a admissibilidade da proposta, por 39 a 26 votos.

Partindo do pressuposto equivocado sobre o excesso de funcionários públicos no país, a Reforma Administrativa abre espaço para a terceirização irrestrita em todas as áreas. Os novos regimes de contratação, de caráter temporário e contratos em regime de experiência, acabam com o Regime Jurídico Único e criam diversas formas de contratos de trabalho dentro do serviço público, sem a realização de concurso.

Além impedir que milhares de profissionais acessem a esfera pública, de forma honesta por meio dos certames, a PEC 32 atingirá a qualidade do atendimento à população, a exemplo do ocorreu com a Reforma da Previdência, de 2019, que au- serviço público, dos direitos mentou desproteção social no setor público e privado.

A PEC 32 tem um prazo previsto de tramitação em 40 sessões na comissão especial, so seja aprovado, o texto seencaminhamento ao Senado.

numa permanente defesa do e Mourão!

MAIN A PEG DA Profesionals Servidores 55/56105551014 Municipais (ID 313

e democracia. A hora é essa! Não podemos permitir que os serviços públicos sejam entregues à exploração de empresas privadas, transformando direitos em mercadorias e limitansendo as 10 primeiras para do o acesso somente a quem apresentação de emendas. Ca- puder. Vamos à luta! Servidores públicos e população é rá votado em dois turnos pelo preciso continuar a pressão Plenário da Câmara e posterior junto aos parlamentares para voltarem contra a PEC 32. Unidade e mobilização para A Associação de Docentes da derrubar essa afronta ao povo UFPA Seção Sindical do AN- brasileiro! Em defesa do Servi-DES-SN(AdufpaSSind.) segue ço Público! Contra a Reforma na mobilização da categoria, Administrativa! Fora Bolsonaro BAI Rachadinha 1/334110

Junho-2021

ADUFPA articula campanha pela compra da sede das mulheres Munduruku



o dia 25 de março deste antigarimpo, foi depredada, queiano, garimpeiros e grupos distintos favoráveis à mineração ilegal, tentaram pôr fim Com o objetivo de adquirir uma à resistência indígena contra a nova casa para abrigar a entidaprática criminosa, no município de, a Adufpa (Associação de Dode Jacareacanga, no Sudoeste centes da UFPA, seção sindical do do Pará. A sede da Associação Andes-SN) e as mulheres Munborun, espaço que é de uso co- para arrecadar recursos. O moletivo com outras organizações vimento, que tem apoio do An- duas décadas, mas a tensão na peração das contradições sociais.

mada e saqueada.

conseguiu cerca de 20 mil reais.

A campanha segue junto a orgademocráticas e docentes e outras pessoas podem fazer contribuições individuais. As doações são Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun:

Banco: Bradesco Agência: 0759-5

Conta Poupança: 38295-7 CNPJ: 30.024387/0001-87

Ao fazer sua doação, envie a comprovação para o whatsapp 91 98883-0968 ou secretaria@adufpa.org.br.

invasões promovidas pela mineração ilegal. O dado consta no estudo "Ameaças Ambientais às Terras Indígenas da Amazônia" elaborado pelo Centro de Ciência do Sistema Terrestre, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que aponta também o

des - Sindicato Nacional e da CSP área vem aumentando nos últi-Conlutas estadual e nacional, já mos três anos, com diversos episódios de violação dos direitos indígenas.

nizações sindicais, populares e Anapu – A Adufpa SSind. também se une a luta dos trabalhadores rurais do Lote 96, na região da Volta Grande do Xingu, municírecebidas em conta bancária da pio de Anapu. No local, 54 famílias vivem sob um clima de tensão motivada pela reintegração de posse da área que ocupam há 11 anos.

O lote foi vendido pelo antigo proprietário como sendo parte do seu território e desde então. os novos donos promovem uma ofensiva violenta contra as famílias, com ameaças de morte e ataques. O mais recente foi a queima da casa de farinha da co-A terra indígena Munduruku é a munidade. No dia 28 de abril, a segunda que mais sofreu com as Justiça concedeu a reintegração de posse em favor dos ruralistas e contra a comunidade.

Apesar das injustiças e intimidação no campo, movimentos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de agricultores se unem na luta por direitos na Amazônia e a Aduelevado índice de desmatamento fpa segue com o apoio à causa, das Mulheres Munduruku, Wako- duruku lançaram uma campanha na região. A invasão da TI Mun- cumprindo o papel da Universidaduruku ocorre há, pelo menos, de Pública na transformação e su-

Convênios

Adufpa ampliou sua rede de convênios e por meio de parcerias oferece descontos para seus associados. As ofertas, que não geram nenhum ônus adicional, contemplam diversos ramos, como nutrição, psicologia, ótica, serviços de manutenção, entre outros. Para ter acesso aos convênios, associados e funcionários da Adufpa podem apresentar a carteira da entidade. Os docentes também podem sugerir quais seguimentos gostariam de obter descontos. Basta enviar um e-mail para secretaria@adufpa.com.br.







